

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO PARANÁ - CAU/PR**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARANÁ - CAU/PR

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR** (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa n° 02.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas n° 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 04 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN n° 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 05 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - PR

**CAU/PR**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	12.922.593	10.884.820	PASSIVO CIRCULANTE	484.831	557.119
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.619.180	10.006.357	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	32.029	25.606
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.211.062	822.592	PROVISÕES A CURTO PRAZO	445.706	531.010
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	4.077.566	3.180.944	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.096	502
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(1.866.505)	(2.358.352)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	33.411	10.109			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	58.940	45.762			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.725.310	5.088.757	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	260.000	260.000
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	-
IMOBILIZADO	4.679.946	5.034.687	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	-	-
BENS MÓVEIS	1.424.150	1.399.558	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	-
BENS IMÓVEIS	4.589.986	4.589.986	PROVISÕES A LONGO PRAZO	260.000	260.000
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(1.334.190)	(954.858)	RESULTADO DIFERIDO	-	-
INTANGÍVEL	45.363	54.070			
SOFTWARES	79.261	79.261			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(33.898)	(25.191)			
			TOTAL DO PASSIVO	744.831	817.119
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	16.903.071	15.156.458
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.903.071	15.156.458
TOTAL	17.647.902	15.973.577	TOTAL	17.647.902	(15.973.577)
ATIVO FINANCEIRO	10.619.180	10.006.357	PASSIVO FINANCEIRO	622.616	793.773
ATIVO PERMANENTE	7.028.722	5.967.220	PASSIVO PERMANENTE	260.000	260.000
SALDO PATRIMONIAL				16.765.286	14.919.804
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	1.156.196	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	1.156.196	-
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	9.996.564		9.212.584		

Impresso em: 27/03/2019 09:47

Página:1/1



Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	10.024.901	9.818.579	Despesa Orçamentária	9.411.175	9.311.912
RECEITA REALIZADA	10.024.901	9.818.579	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	110.285	236.654
RECEITA CORRENTE	10.024.901	9.818.579	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	32.029	25.276
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.475.550	3.207.957	CREDITO EMPENHADO - PAGO	9.268.861	9.049.982
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.475.550	3.207.957	DESPESA CORRENTE	9.244.269	8.845.732
ANUIDADES	3.475.550	3.207.957	PESSOAL	5.239.863	4.445.886
RECEITA DE SERVIÇOS	5.569.091	5.374.782	MATERIAL DE CONSUMO	66.734	74.652
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	36.524	30.797	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	505.029	611.655
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	5.531.915	5.341.593	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.956.756	2.262.357
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	651	2.392	ENCARGOS DIVERSOS	247.399	285.386
FINANCEIRAS	918.242	1.209.646	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	110.588	6.114
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	90.793	95.121	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.117.900	1.159.682
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	827.448	1.114.525	DESPESA DE CAPITAL	24.592	204.250
MULTAS SOBRE ANUIDADES	132.820	112.047	INVESTIMENTOS	24.592	204.250
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	694.628	995.457		-	-
MULTAS SOBRE RRT EXTEMPORÂNEO	-	7.022		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.018	26.193		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	19.359	11.107		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.131	14.996		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	527	90		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	3.131.784	2.116.190	Pagamentos Extraorçamentários	3.123.498	1.914.704
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	110.285	236.654	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	91.270	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	32.029	25.276	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	25.276	32.259
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	864.948	816.669	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	858.355	816.586
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.124.522	1.037.591	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.148.598	1.065.859
Saldo em espécie do Exercício Anterior	10.006.357	9.298.205	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	10.628.369	10.006.357
Caixa e Equivalente de Caixa	10.006.357	9.298.205	Caixa e Equivalente de Caixa	10.619.180	10.006.357
Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	9.189	-
Total:	23.163.042	21.232.973		23.163.042	21.232.973

Impresso em: 27/03/2019 10:10

Página:1/1

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE	10.777.948	11.105.671	10.777.948	11.105.671	10.024.901	(1.080.771)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.584.293	3.739.903	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.584.293	3.739.903	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)	
ANUIDADES	3.584.293	3.739.903	3.584.293	3.739.903	3.475.550	(264.353)	
RECEITA DE SERVIÇOS	6.106.042	6.444.126	6.106.042	6.444.126	5.569.091	(875.035)	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	-	-	-	-	36.524	36.524	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	6.106.042	6.444.126	6.106.042	6.444.126	5.531.915	(912.211)	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	-	-	-	651	651	
FINANCEIRAS	1.087.613	875.879	1.087.613	875.879	937.601	61.722	
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	90.793	90.793	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.087.613	875.879	1.087.613	875.879	846.808	(29.071)	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	19.359	19.359	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	387.613	410.855	387.613	410.855	132.820	(278.035)	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	700.000	465.024	700.000	465.024	694.628	229.604	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	45.763	-	45.763	42.659	(3.105)	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	45.763	-	45.763	42.131	(3.632)	
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	-	-	527	527	
RECEITA DE CAPITAL	5.024.000	4.823.000	5.024.000	4.823.000	-	(4.823.000)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.024.000	4.823.000	5.024.000	4.823.000	-	(4.823.000)	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	5.024.000	4.823.000	5.024.000	4.823.000	-	(4.823.000)	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	15.801.948	15.928.671	15.801.948	15.928.671	10.024.901	(5.903.771)	
DÉFICIT	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	15.801.948	15.928.671	15.801.948	15.928.671	10.024.901	(5.903.771)	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	10.777.948	11.111.671	9.386.583	9.276.298	9.244.269	1.725.088	
PESSOAL	5.200.388	5.703.757	5.206.148	5.206.148	5.206.113	497.609	
PESSOAL E ENCARGOS	5.074.108	5.523.373	5.075.776	5.075.776	5.075.741	447.597	
DIÁRIAS	126.280	180.384	130.372	130.372	130.372	50.011	
MATERIAL DE CONSUMO	148.500	91.482	69.292	66.734	66.734	22.191	
MATERIAL DE CONSUMO	148.500	91.482	69.292	66.734	66.734	22.191	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	701.833	682.976	545.714	539.149	538.779	137.262	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	154.800	110.250	64.747	64.747	64.747	45.504	
DIÁRIAS	379.989	332.624	280.365	277.588	277.218	52.259	
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	167.044	240.102	200.602	196.814	196.814	39.500	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.105.319	3.064.155	2.096.106	1.988.379	1.956.756	968.048	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	59.000	39.377	7.950	3.975	3.975	31.427	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	75.000	126.632	61.874	61.874	61.874	64.758	
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	120.200	53.980	47.831	44.181	44.181	6.149	
SERVIÇOS PRESTADOS	2.489.069	2.385.381	1.613.725	1.513.623	1.493.343	771.655	
PASSAGENS	362.050	458.785	364.726	364.726	353.383	94.059	
ENCARGOS DIVERSOS	352.700	307.850	247.399	247.399	247.399	60.451	
ENCARGOS DIVERSOS	352.700	307.850	247.399	247.399	247.399	60.451	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	111.000	110.588	110.588	110.588	412	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.214.208	1.150.451	1.111.336	1.117.900	1.117.900	39.116	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	327.810	327.810	327.810	327.810	327.810	0	
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	40.000	40.000	885	885	885	39.115	
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	846.398	782.641	782.640	789.205	789.205	1	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000	-	-	-	-	-	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	5.024.000	4.817.000	24.592	24.592	24.592	4.792.408	
INVESTIMENTOS	5.024.000	4.817.000	24.592	24.592	24.592	4.792.408	
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	3.380.000	3.380.000	-	-	-	3.380.000	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.644.000	1.437.000	24.592	24.592	24.592	1.412.408	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	15.801.948	15.928.671	9.411.175	9.300.889	9.268.861	6.517.497	
SUPERÁVIT	-	-	613.726	-	-	(613.726)	
TOTAL	15.801.948	15.928.671	10.024.901	9.300.889	9.268.861	5.903.771	



**CAU/PR**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	11.976.406,73	10.559.659,60	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	9.675.946,51	10.751.371,76
CONTRIBUIÇÕES	4.419.874,01	3.949.038,31	PESSOAL E ENCARGOS	4.996.445,82	4.377.454,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.419.874,01	3.949.038,31	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	4.235.256,56	3.786.035,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.419.874,01	3.949.038,31	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	4.235.256,56	3.786.035,30
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	5.502.727,63	5.374.781,92	BENEFÍCIOS A PESSOAL	761.189,26	591.419,07
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.502.727,63	5.374.781,92	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	761.189,26	591.419,07
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.502.727,63	5.374.781,92	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.458.159,97	3.879.352,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	962.313,12	1.220.753,68	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	71.075,32	78.764,44
JURÓS E ENCARGOS DE MORA	110.358,98	106.228,60	CONSUMO DE MATERIAL	71.075,32	78.764,44
JURÓS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	110.358,98	106.228,60	SERVIÇOS	2.999.045,61	3.380.805,49
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	-	7.021,60	DIARIAS	390.684,40	522.921,21
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	-	7.021,60	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	616.144,77	643.043,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	851.954,14	1.107.503,48	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.992.216,44	2.214.840,88
MULTAS SOBRE ANUIDADES	851.954,14	1.107.503,48	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	388.039,04	419.782,29
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.091.491,97	15.085,69	DEPRECIACAO	388.039,04	419.782,29
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	527,25	89,75	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.221.340,72	1.159.681,90
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	527,25	89,75	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.221.340,72	1.159.681,90
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.090.964,72	14.995,94	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.221.340,72	1.159.681,90
INDENIZAÇÕES	36.081,45	14.995,94	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	-	1.054.883,27
REVERSÃO DE PROVISÕES	1.054.883,27	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-	1.054.883,27
	-	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS DE CREDITOS	-	1.054.883,27
	-	-	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	280.000,00
	-	-	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	280.000,00
	-	-	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-	280.000,00
Total das Variações Ativas :	11.976.406,73	10.559.659,60	Total das Variações Passivas :	9.675.946,51	10.751.371,76
Déficit do Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL		
			191.712,16	2.300.460,22	
Total	11.976.406,73	10.751.371,76	Total	11.976.406,73	10.751.371,76

Impresso em: 27/03/2019 10:14

Página:1/1



CAU/PR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	10.024.900,64	9.818.578,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.475.550,39	3.207.957,29
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.475.550,39	3.207.957,29
ANUIDADES	3.475.550,39	3.207.957,29
RECEITA DE SERVIÇOS	5.569.090,52	5.374.781,92
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	36.524,00	30.797,27
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	5.531.915,42	5.341.592,75
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	651,10	2.391,90
FINANCEIRAS	918.241,62	1.209.646,46
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	90.793,42	95.121,38
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	827.448,20	1.114.525,08
MULTAS SOBRE ANUIDADES	132.819,88	112.046,96
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	694.628,32	995.456,52
MULTAS SOBRE RRT EXTEMPORÂNEO	-	7.021,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.018,11	26.192,91
MULTAS DE INFRAÇÕES	19.359,41	11.107,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.131,45	14.995,94
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	527,25	89,75
OUTROS INGRESSOS	2.994.116,95	1.854.259,94
DESEMBOLSOS	-	-
DESPEZA CORRENTE	9.244.269,13	8.845.731,62
PESSOAL	5.239.862,54	4.445.886,39
MATERIAL DE CONSUMO	66.733,50	74.651,59
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	505.029,05	611.655,21
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.956.756,22	2.262.357,01
ENCARGOS DIVERSOS	247.399,40	285.385,99
DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	110.588,26	6.113,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.117.900,16	1.159.681,90
OUTROS DESEMBOLSOS	3.137.333,68	1.914.704,40
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	637.414,78	912.402,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	24.591,65	204.250,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.591,65	-204.250,45
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	612.823,13	708.152,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.006.356,80	9.298.204,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	10.619.179,93	10.006.356,80

Impresso em: 27/03/2019 10:18

Página:1/1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PR é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PR.

O Conselho está localizado na Av. Nossa Sra. Da Luz, 2530 - Alto da XV - Curitiba-PR.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituídas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2018** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PR, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Créditos de Anuidades	4.077.566	3.180.943
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.866.504)	(2.358.351)

Os saldos de exercícios anteriores encerrados em 31/12/2017 no montante de R\$2.358, foram tratados da seguinte forma;

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA PDD

- a) Entre o período entre 2012 a 2016, constitui-se a reversão de saldos da PDD em 76% subdivididos da seguinte forma; R\$ 92.648,52 referente a anuidades recebidas de pessoa física e R\$161.062 referente a as anuidades recebidas de pessoa jurídica.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em de Reais)

b). No exercício de 2017 constitui-se a reversão de saldos da PDD em 74,14% da seguinte forma; pessoa física R\$ 666.363, pessoa jurídica R\$388.520.

c) O Lançamento referente ao exercício de 2017 de R\$816.747 distribuído (76%) para anuidades recebidas de pessoa jurídica totalizando R\$299.362 e (79%)para anuidades recebidas de pessoa física R\$517.384.

SALDO REMANESCENTE DA PDD

Após as reversões e lançamentos da PDD referente a exercícios anteriores, (aplicadas sob a recomendação do CAU/BR), passaram a ter os seguintes saldo;

PDD - 2012 a 2017

- a) R\$1.866.504, referente a anuidades recebidas subdivididas entre de pessoas físicas R\$1.078.335 e pessoas jurídicas R\$788.169.
- b) O montante de restante de R\$1.866.504 saldos remanescentes incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2017 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PR segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em de Reais)

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2018 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração - O CAU/PR adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em de Reais)

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	-	-
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	(20.000)	(20.000)
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	-	-
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	(260.000)	(260.000)
Total	<u>(280.000)</u>	<u>(280.000)</u>

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em exercícios anteriores, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, em 2018 não ocorreram lançamentos, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em de Reais)

Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2018, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2018 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2018.

RESULTADO PATRIMONIAL 2018	
Variação Patrimonial Aumentativa	11.976.407
(-)Variação Patrimonial Diminutiva	(9.675.947)
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2018	
Superávit Patrimonial	2.300.460

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 04. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em de Reais)

- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	3.893	3.695
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	10.615.287	10.002.662
Total	10.619.180	10.006.357

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de Anuidades

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	1.675.520	1.422.826
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	2.402.046	1.758.118
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.866.505)	(2.358.352)
Total	2.211.062	822.592

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:	4.077.566	3.180.944
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.866.505)	(2.358.352)
Total	2.211.062	822.592

A Entidade registra a provisão de **(76,00 % PJ e 79,00% PF)** para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em de Reais)

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Diárias a compensar	-	123,40
Depósitos judicial de ações em trâmite	18.378	-
Depósito de fiança	10.650	8.700
IR e IOF sobre aplicação financeira a recuperar	1.089	1.089
Cota Parte a receber	164	197
Outros impostos a recuperar	3.130	-
Total	33.411	10.109

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas antecipadamente

Descrição	2018	2017
Adiantamento de Férias	58.940	45.762
Total	58.940	45.762

9. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Terrenos	-	-	-	-
Imóveis	4.500.000	(570.000)	3.930.000	4.155.000
Instalações	127.216	(65.125)	62.091	74.908
Veículos	365.928	(146.102)	219.826	265.566
Móveis e utensílios	187.896	(85.146)	102.750	114.232
Equipamentos de informática	517.659	(267.293)	250.366	279.590
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Obras em andamento	89.551	(21.050)	68.500,54	79.416
Outros	225.887	(179.474)	46.413,33	65.975
Total	6.014.136	(1.334.190)	4.679.946	5.034.687

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em de Reais)

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Terrenos	-	-	-	-	-
Imóveis	4.155.000	-	-	(225.000)	3.930.000
Instalações	74.908	-	-	(12.817)	62.091
Veículos	265.566	-	-	(45.741)	219.826
Móveis e utensílios	114.232	1.190	-	(12.671)	102.750
Equipamentos de informática	279.590	21.234	-	(50.458)	250.366
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
Obras em andamento	79.416	-	-	(10.916)	68.501
Outros	65.975	2.168	-	(21.730)	46.413
Total	5.034.687	24.592	-	(379.332)	4.679.946

10. Intangível

Descrição	31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2018
Softwares	54.070	-	-	(8.707)	45.363
Outros Intangíveis	-	-	-	-	-
Total	54.070	-	-	(8.707)	45.363

11. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Prestação de serviço	31.658	20.052
Fornecedor de materiais	-	4.443
Outros fornecedores/Diarias	370	1.111
Total	32.029	25.606

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em de Reais)

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	3.517
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	32.029	21.759
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	32.029	25.276

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Descrição	2018	2017
Salários e encargos sociais	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	419.811	511.010
INSS a recolher	5.895	318
IRRF a recolher	57	26
Contribuição Sindical	-	69
Devolução de depósitos em conta banco	692	90
Outros encargos a recolher	6.347	-
Total	432.802	511.513

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

Descrição	2018	2017
Trabalhistas	260.000	260.000
Cíveis	-	-
Total	260.000	260.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em de Reais)

	2018	2017
Trabalhistas a Curto Prazo	20.000	20.000
Total a Curto Prazo	20.000	20.000
Trabalhistas a Longo Prazo	260.000	260.000
Total a Longo Prazo	260.000	260.000
Total das Provisões Trabalhista	280.000	280.000

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2018
Tributários A Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Tributários A Longo Prazo	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas A Curto Prazo	20.000	-	-	-	-	20.000
Trabalhistas A Longo Prazo	260.000	-	-	-	-	260.000
Cíveis A Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Cíveis A Longo Prazo	-	-	-	-	-	-
Total	280.000	-	-	-	-	280.000

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Descrição das contingências

O conselho figura em 4 ações trabalhistas de ex-funcionários sendo constituído provisão para contingências dos autos:

Nº 0000442-75.2017.5.09.0007 - Provisão de contingências R\$ 100.000

Nº 0000252-75.2017.5.09.0084 - Provisão de contingências R\$ 90.000

Nº 0002300-94.2015.5.09.0013 - Provisão de contingências R\$ 70.000

Nº 0001116-58.2014.5.09.0007 - Provisão de contingências R\$ 20.000

Totalizando R\$ 280.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em de Reais)

c. Natureza Possível

No exercício de 2018 não foi constatado nenhum processo considerado como possível

14. Patrimônio Líquido

Ao final do exercício 2018 o Patrimônio Líquido encerrou com saldo de R\$2.300.460 composto pelo superávit ou déficits acumulados de exercícios anteriores, superávits ou déficits do exercício e ajustes de exercícios anteriores.

Descrição	2018	2017
Superávits Acumulados de Exercícios Anteriores	15.156.458	16.651.639
Ajuste de Exercícios Anteriores	(55.3847)	(1.303.468)
Superávits do Período	2.300.460	(191.712)
Total	16.903.071	15.156.458

15. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PR, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

17. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	388.039	419.782
Despesas com pessoal	4.996.446	4.377.454
Despesas com contratação de terceiros	2.608.361	2.857.884
Impostos, taxas e contribuições	33.744	30.838
Outras receitas e despesas	1.649.357	3.065.412
Total	9.675.947	10.751.372

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em de Reais)

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	11.976.407	10.559.660
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(9.675.947)	(10.751.372)
(=) Superávit Patrimonial apurado	2.300.460	(191.712)
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	10.024.901	9.818.579
(-) Despesas Empenhadas	(9.411.175)	(9.311.912)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	613.726	506.667
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	10.619.180	10.006.357
(-) Passivo Financeiro	(622.616)	(793.773)
(=) Superávit Financeiro Apurado	9.996.564	9.212.584

19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	7.725.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 8 veículos	328.113
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
Total		8.053.113

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em de Reais)

20. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. Eventos subsequente

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.